

PARECER JURÍDICO

Processo Sei nº 9990000001.013521/2025-70

PARECER nº 193/2025

Exma. Sra.
Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias
Defensora Pública-Geral

Pregão Eletrônico para Registro de Preços promovido pela Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) – Planejamento 266/2024 - Ata de Registro de Preços nº 001/2024 - aquisição de ferragens e afins.- Contratação da empresa vencedora do certame – Aprovado.

I – RELATÓRIO

1. Trata-se de processo administrativo por meio do qual a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais aderiu, na qualidade de órgão participante, ao Pregão Eletrônico para Registro de Preços, Planejamento nº 266/2024, Ata de Registro de Preços nº 001/2024 promovido pela própria Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, para aquisição de ferragens e afins.

2. Após a adesão, pretende-se adquirir itens registrados na Ata, razão pela qual os autos foram encaminhados à análise desta Assessoria Jurídica, nos termos do art. 53 da Lei 14.133/2021.

3. A solicitação de contratação foi realizada pela Diretoria de Instrutora e Gestão de Imóveis (0687374), tendo sido realizado o levantamento do quantitativo dentro da previsão de itens arrolado no Termo de Adesão (0683677).

4. O processo em análise está instruído com os seguintes documentos:

Nº SEI	Documento	Data	Unidade
0682202	Ata de Registro de Preços - 01/2024	09/10/2025	SRLI/DIGI/GC
0682205	Publicação Diário Oficial - ARP 01/2024	09/10/2025	SRLI/DIGI/GC
0682217	Publicação PNCP - ARP 01/2024	09/10/2025	SRLI/DIGI/GC
0682220	Edital de Licitação - ARP 01/2024	09/10/2025	SRLI/DIGI/GC
0682223	Memorando 53	09/10/2025	SRLI/DIGI/GC
0682781	Despacho	09/10/2025	SRLI
0683588	Memorando 902	10/10/2025	SRLI/DCC/SC
0683677	Termo de Adesão	10/10/2025	SRLI/DCC/SC
0683706	Relatório Demanda X Consumo	10/10/2025	SRLI/DCC/SC
0684022	Solicitação de Dotação Orçamentária e Financeira	10/10/2025	SRLI/DCC/SC
0684280	Declaração de disponibilidade orçamentária	13/10/2025	SPGF/DPOMA
0685917	Memorando 921	14/10/2025	SRLI/DCC/SC

0686320	Mapa de Preços	15/10/2025	SRLI/DCC/SC
0686324	Relatório de Processo de Compras	15/10/2025	SRLI/DCC/SC
0686337	Documentação CRC do Fornecedor	15/10/2025	SRLI/DCC/SC
0686342	SICAF	15/10/2025	SRLI/DCC/SC
0686870	Memorando 309	15/10/2025	PPDP-LGPD
0687286	Memorando 937	16/10/2025	SRLI/DCC/SC
0687374	Memorando 75	16/10/2025	SRLI/DIGI/GC
0687480	Memorando 939	16/10/2025	SRLI/DCC/SC

5. É o relatório. Passa-se a opinar.

II – FUNDAMENTAÇÃO

6. No âmbito do Estado de Minas Gerais, as contratações realizadas por meio do sistema de registro de preços, além de seguir o disposto nos art. 82 e seguintes da Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, as contratações de serviços e aquisições de bens, são regidas pelo Decreto Estadual nº 48.779, de 23 de fevereiro de 2024.

7. O Sistema de Registro de Preços é conceituado pelo art. 2, X do referido Decreto como um *“conjunto de procedimentos para realização, mediante contratação direta ou licitação nas modalidades pregão ou concorrência, de registro formal de preços relativos à prestação de serviços, a obras e à aquisição e locação de bens para contratações futuras”*.

8. Tal registro é realizado por meio de uma única licitação, na modalidade de concorrência ou pregão, em que as empresas disponibilizam os bens e serviços a preços e prazos registrados na Ata de Registro de Preços, definida pelo art. 16 e seguintes, do Decreto mencionado, como um documento vinculativo, obrigacional, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas, para eventual e futura contratação.

9. A aquisição ou contratação é feita quando melhor convier aos órgãos/entidades que integram a Ata (denominados participantes), ou que venham a integrá-la posteriormente (denominados não participantes), seguindo o disposto no art. 32 do Decreto Estadual:

Art. 32 – A contratação com os fornecedores com preços registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo único – Os instrumentos de que trata o caput serão assinados, aceitos ou retirados no prazo de validade da ata de registro de preços.

10. Registre-se que, no desenvolvimento do presente procedimento, exige-se, das autoridades e unidades administrativas integrantes da Defensoria Pública, a fiel observância dos dispositivos constantes do Decreto n. 48.779 e na Lei nº 14.133/2021, bem como de outros diplomas legais pertinentes e aplicáveis, sob pena de responsabilidade administrativa, penal e civil.

11. No presente caso, se averigua nos autos que foram acostados o termo de adesão (0683677), relatório de demanda x consumo (0683706) o edital do certame (0682220), a

Ata de Registro de Preço (0682202), onde se verifica que a Defensoria Pública atuou como gestora da ata e o comprovante de publicação da Ata no DOE da DPMG (0682205) e no PNCP (0682217).

12. Prosseguindo, nota-se que os setores técnicos competentes declararam a existência de disponibilidade econômico financeira, indicando o crédito pelo qual correrá a despesa e apontando a classificação funcional programática e a categoria econômica, 0684280. Ainda conta no referido documento a autorização para prosseguimento da contratação assinada pela Subdefensor Público-Geral Institucional em substituição à Subdefensora Pública-Geral Administrativa.

13. Ademais, o setor de compras diligenciou-se para cadastrar a contratação pretendida junto ao SIAD, tendo obtido os relatórios e o mapa comparativo de preços detalhado constante no processo SEI (0686324 e 0686320).

14. Os documentos constantes nos I.D. 0686337 e 0686342 destinam-se a comprovar a habilitação jurídica, fiscal e trabalhista e econômico-financeira das empresas que se pretende contratar

14.1. No que se refere a contratação da Ata 001/2024, consta no CRC e demais documentos da empresa **GLOBAL DISTRIBUICAO E SERVICOS LTDA** como aceito o contrato social e última alteração da empresa, a inscrição no CNPJ e a declaração de menores e fatos superveniente. Resta, outrossim, comprovada a sua regularidade com o FGTS, INSS, Trabalhista, Fazendas Federal, Estadual e Municipal.

14.1.1. Ademais, foi aceito e se encontra válida a certidão negativa de falência. Constata-se ainda no CRC que a empresa não se encontra inscrita no CAFIMP, CADIN e SICAF.

15. Ressalte-se que os balanços patrimoniais e eventuais documentos exigidos para qualificação técnica foram objetos de análise do Pregoeiro no momento do julgamento da licitação e habilitação das empresas.

16. Quanto à minutado contrato (0686464) verifica-se que esta já foi objeto de análise jurídica no momento da aprovação do Edital do Pregão para Registro de Preços 290/2024 (0682220), não podendo a Diretoria de Compras e Contratos realizar alterações em decorrência da vinculação do instrumento convocatório.

III – CONCLUSÃO

17. Do exposto, consoante as razões anteriormente expostas, concluo pela regularidade do procedimento para adesão à Ata de Registro de Preços 001/2024 decorrente do Pregão Eletrônico para Registro de Preços 266/2004 para aquisição de ferragens e afins.

Este é o parecer.

Belo Horizonte, 17 de outubro de 2025.

Priscila Newley Kopke
Assessora Jurídica– MASP 7.000.477-5



Documento assinado eletronicamente por **Priscila Newley Kopke**, Assessora Jurídica, em 17/10/2025, às 14:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://defensoria.mg.def.br/portal-sei> informando o código verificador **0688183** e o código CRC **7ECFBB27**.

9990000001.013521/2025-70

0688183v2